

**EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 08/2017 – REGISTRO DE PREÇO**

**PROCESSO Nº 43/2017**

**TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**REGIME DE EXECUÇÃO: PARCELADA POR PREÇO UNITÁRIO**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 27 DE DE JULHO DE 2017 - HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h30min**

**LOCAL: SEDE DO CIOP, NA RUA CORONEL ALBINO, nº550, VILA MARISTELA, NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, ESTADO DE SÃO PAULO**

**OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de Pneus, Câmaras e Protetores de Aro para utilização na frota de veículos de municípios consorciados do CIOP no prazo de 12 (doze) meses.**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA (CIOP)**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 18.960.233/0001-00, com sede na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo (19.020-360), por intermédio de seu Presidente e Prefeito do Município de Teodoro Sampaio/SP, Senhor Sr. **Ailton Cesar Herling**, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO**, tendo por finalidade **REGISTRAR PREÇOS** visando eventuais e futuras aquisições dos **Pneus, Câmaras e Protetores de Aro para utilização na frota de veículos de municípios consorciados do CIOP** descritos no Anexo II - Termo de Referência deste Edital, de conformidade com as disposições da Lei federal nº 10.520/2002 e o Decreto Federal nº 7.892/2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666/1993, suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições a seguir estabelecidas. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

Esta licitação se faz, nos termos do que permite o art. 112 e §§ da Lei 8.666/93 e se destina em atender os municípios consorciados constantes no Anexo III. **O processamento do Pregão será realizado na sede do CIOP, na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo (19.020-360), no dia 27 de julho de 2017 a partir das 09h30min e será conduzido pelo Pregoeiro Oficial com auxílio das Equipes de Apoio.**

## **I - OBJETO**

1.1. Esta licitação tem por objeto REGISTRAR PREÇOS de Pneus, Câmaras e Protetores de Aro para utilização na frota de veículos de municípios consorciados do CIOP, VISANDO EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES, conforme especificações constantes do Anexo II - Termo de Referência.

O valor total estimado previsto para a aquisição dos produtos é de aproximadamente **R\$ 3.380.452,26 (três milhões, trezentos e oitenta mil,**

**quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos)** obtidos por meio de pesquisa de mercado.

1.2. O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP, bem como as Prefeituras Participantes se reservam no direito de inspecionar o produto cotado, procedendo a diligência para aferir sua qualidade e execução, assim como a pertinência com o instrumento convocatório, descritos no termo de referência deste edital.

1.3 A presente licitação tem como critério de julgamento o MENOR PREÇO UNITÁRIO, consoante com a legislação do preâmbulo deste Edital;

1.4. A entrega será parcelada considerando a necessidade/demanda do município.

1.5. O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP procederá o certame até sua homologação, sendo que as respectivas Atas de Registro de Preços serão firmadas, publicadas e gerenciadas pelos Municípios Participantes.

1.6. O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP será o responsável na aplicação das sanções previstas na lei, nos casos de inadimplemento da obrigação do fornecedor conforme mencionado no título específico do Edital.

1.7. O fornecedor inadimplente poderá, ainda, ser responsabilizado civil e criminal pelos danos que ocasionou a Administração Pública.

**1.8. Municípios participantes da Ata de Registro de Preço: Flora Rica, Florida Paulista, Ouro Verde, Regente Feijó, Santo Expedito, Taciba e Teodoro Sampaio.**

1.9. A proposta deverá obedecer às especificações e exigências deste Edital e dos Anexos que dele fazem parte integrante.

1.10. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

**1.11. Deverá ser entregue juntamente com a proposta escrita, um arquivo de mídia digital de proposta, apresentado em CD-Rom ou pen-drive, sendo que este arquivo executável poderá ser solicitado por correio eletrônico ([licitacaocompra@ciop.sp.gov.br](mailto:licitacaocompra@ciop.sp.gov.br)) onde será encaminhada com instruções**

## **II - PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.

2.2. Não será permitida a participação de empresas:

2.2.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.2. Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

2.2.4. Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02;

2.2.5. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

### III - CREDENCIAMENTO

3.1. Por ocasião da fase de credenciamento, as licitantes deverão observar as seguintes disposições:

3.1.1. Quanto aos representantes:

a) - Tratando-se de Representante Legal (sócio, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) - Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular **com firma reconhecida** do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a";

c) - O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) - A licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerado para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço;

e) - Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;

f) - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

g) - Na fase de lances e de negociação do preço final será permitido o uso de celular (máximo 02 (dois) minutos) exclusivamente para esclarecimento de caráter excepcional, devendo prevalecer os poderes outorgados ao Procurador conforme condição expressada na alínea "b" supra.

3.1.2. Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

**a) - Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo estabelecido no Anexo I deste Edital, que deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 01 (Proposta) e 02 (Habilitação).**

3.1.3. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

**a)** Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 48 da Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VII deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

**b)** Para usufruir o tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/06), as licitantes

deverão comprovar que estão registradas na Junta Comercial do Estado de origem como enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por meio de declaração (conforme modelo anexo), declarando sob pena da lei, que estão enquadradas como ME ou EPP na junta Comercial e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, e que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir o tratamento favorecido e que não se inclui em nenhuma das situações do artigo 3º, parágrafo 4º do mesmo diploma legal, ou poderão apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado licitante.

**c)** a ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual no processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.

#### **IV - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO E DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os documentos para o credenciamento deverão ser apresentados fora dos Envelopes nºs 01 e 02.

4.2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além da identificação da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO Nº 08/2017

PROCESSO Nº 43/2017

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO Nº 08/2017

PROCESSO Nº 43/2017

#### **V - CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA**

5.1. A proposta deverá ser apresentada na forma sugerida pelo ANEXO III, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal ou procurador, devendo conter e incluir:

**5.1.1. Identificação completa da licitante** (ex.: nome, endereço, fone, e-mail, e número do CNPJ).

**5.1.2. Número do Pregão e do Processo.**

**5.1.3. Item, que deverá ser compatível com o Anexo II - Termo de Referência;**

**5.1.4. Identificação e especificação completa dos materiais/produtos ofertados, constando inclusive a marca e número de registro na ANVISA.**

**5.1.5. Preço unitário do item**, fixo e irredutível, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, observado o disposto no item 5.4 e alíneas a seguir.

a) - A oferta de preço poderá ser até três casas decimais após a vírgula.

a.1) – Caso tenha duas casas decimais após a virgula será considerado o número 0 como terceira casa decimal.

**5.1.6. Prazo de validade da proposta**, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura dos envelopes.

**5.1.8. Declarações**, que poderão ser impressas na proposta de que:

a) - o produto ofertado, e que será entregue, atende integralmente às especificações exigidas no Anexo II - Termo de Referência;

b) - o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

5.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

5.3. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá corresponder aos preços finais, considerados benefícios tais como isenções, imunidades ou outros de qualquer natureza;

5.3.1. Para as licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

5.4. O preço deverá ser apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas decorrentes, de tributos de qualquer natureza, frete/transporte, alimentação e hospedagem, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o cumprimento do objeto da presente licitação que incluem:

a) - pagamento de todo pessoal assim como todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor;

b) - todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

5.5. Apresentada a proposta, a proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.

## **VI - CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"**

6.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

### **6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA (conforme o caso)**

a) - Registro empresarial, no caso de empresário individual;

b) - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade não empresarial, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

### **6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) - Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previdenciárias (INSS) previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

c) - Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado;

d) - Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

6.1.2.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato/Ata.

6.1.2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.1.2.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período a critério deste CIOP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.1.2.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea "b", implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02.

### **6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) - Certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **6.1.4 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**



**a)** - Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo (Anexo VI deste Edital).

## **6.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

6.2.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração (cópias simples acompanhadas do documento original) no ato de processamento do Pregão, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou através de impresso informatizado obtido via Internet.

6.2.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, se outro prazo de validade não constar dos documentos.

6.2.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.2.4. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte observará as disposições contidas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada, e demais disposições legais aplicáveis.

## **VII - PROCEDIMENTO E JULGAMENTO**

7.1. No horário e local indicados neste edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com a fase de credenciamento das licitantes interessadas em participar do certame, observadas as disposições da cláusula III deste edital.

7.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo I deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

7.2.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) - cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

b) - que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

7.3.1. No tocante aos preços e, quando for o caso, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como correto o preço unitário. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) - seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superior àquela;

b) - não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4.1. Para efeito de seleção será considerado o **preço unitário do item**.

7.4.2. O critério de julgamento será o de **menor preço**.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de **R\$ 1,00 (um real)** entre os lances. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o **preço unitário do item**.

7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8. Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado, elegendo a detentora do menor preço como sendo a mais bem classificada.

7.9. Com base na classificação mencionada no item 7.8 será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte, o benefício do direito de preferência, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, observadas as seguintes regras:

7.9.1. O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada (item 7.8), para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

7.9.1.1. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 7.9.1.

7.9.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no subitem 7.9.1.



7.9.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 7.8, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será aplicado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

7.10. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.11. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.11.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitador.

7.12. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.13. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, vedada a violação de disposições legais.

7.13.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser juntados aos autos do processo de licitação os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.13.2. O licitador não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.14. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.15. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 7.8 acima, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.16. Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas.

7.16.1. Em seguida abrirá os envelopes nº 02 das licitantes que aceitaram a proposição contida do subitem acima e decidirá sobre as respectivas habilitações. As habilitadas serão incluídas na ata de registro de preços, observada a ordem de classificação.

## **VIII - RECURSO E HOMOLOGAÇÃO**

8.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.3. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados a autoridade competente homologará o procedimento e convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.5. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação, e convocação da licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços.

## **IX - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO**

9.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, pelas prefeituras consorciadas participantes, observadas as condições fixadas na Ata, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente.

9.2. O contrato de prestação de fornecimento será representado pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

9.3. Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

**9.4. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação homologação do certame.**

9.5. A existência de preço registrado não obriga as Administrações Municipais a firmarem a contratação que dele poderá advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

9.8. Assegurados o contraditório e a ampla defesa, o cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

9.9. As solicitações para os fornecimentos ocorrerão de acordo com as necessidades de cada Prefeitura aderente e se fará por meio da emissão de autorização de compra diretamente à empresa detentora da Ata, autorização que será acompanhada da respectiva nota de empenho prévio, transmitidos por quaisquer meios de comunicação possível (fax ou e-mail). A detentora da Ata, através de prévio contato com as Prefeituras, deverá indicar todos os meios que possui visando dar maior rapidez aos atendimentos.

**9.10.1 O prazo de entrega dos materiais será de 12 (doze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra.**

9.11. A empresa detentora do preço registrado que, convocada, recusar-se em fornecer o item, terá seu Registro de Preços cancelado, responderá civil e criminalmente pelos agravantes ao paciente que poderão advir de sua recusa, sendo-

Ihe também aplicadas as sanções legais cabíveis, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa.

9.12. Periodicamente, para atender princípio legal, cada Prefeitura aderente deverá pesquisar o preço efetivamente praticado pelo mercado e, somente autorizar a contratação se constatar que o preço registrado está de acordo com o praticado pelo mercado, certificando tal condição nos autos.

9.13. As entregas ocorrerão de acordo com as necessidades de cada Unidade, mediante confirmações dos pedidos e deverão ocorrer no endereço indicado por cada Município.

9.14.1. As entregas, bem como todas as despesas pertinentes, tais como transporte, embalagens, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, entre outros, correrão por conta e risco da detentora da Ata.

9.15. A gestão da Ata de Registro é de total responsabilidade de cada município aderente, não havendo nenhuma interferência do CIOP, exceto no que concerne às sanções em caso de inadimplemento contratual, que serão contralizadas no CIOP.

## **X - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

10.1. O objeto da presente licitação será recebido:

10.1.1. provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;

10.1.2. definitivamente, em até 10 (dez) dias, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos, e, consequente aceitação.

10.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, as unidades para as quais se destinam os produtos poderão:

a) - se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) - na hipótese de substituição, a detentora da ata deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Unidade respectiva, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) - se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) - na hipótese de complementação, a detentora da ata deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Unidade respectiva, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

10.3. Por ocasião da entrega, a detentora da ata deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

## **XI - FORMA DE PAGAMENTO**

11.1. As condições de pagamento se acham descritos na Cláusula IV - Recebimento e Pagamentos da minuta da Ata de Registro (Anexo VIII).

## **XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO**

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, será aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios quando por esta solicitado.

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

### **XIII - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

13.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. A petição será dirigida à autoridade subscritora deste Edital.

13.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### **XIV – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrente desta Ata de registro de Preços correrão por conta da dotação orçamentária - categoria econômica 3.3.90.30.00.00.00 material de consumo. Fonte 01 (rec.próprio); 02 (estadual) e 05 (federal).

14.2. Constitui obrigação dos Municípios Participantes o adimplemento da obrigação pecuniária contratual após o efetivo empenhamento de recursos para aquisição dos materiais.

### **XV - DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

15.2.1. Recusas ou impossibilidades de assinaturas serão registradas expressamente na própria ata.

15.3. O resultado do presente certame (homologação) será publicado no DOE, sendo sua íntegra disponibilizada no site do CIOP.

15.4. Os envelopes contendo os documentos de habilitação que não foram abertos ficarão à disposição para retirada pelo prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do da Ata de Registro de Preços, findos os quais poderão ser destruídos.

15.5. Qualquer modificação no edital exigirá divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, com base na Lei federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666/93, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, observados os princípios da Administração Pública.

15.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Presidente Prudente (SP), com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.8. Os recursos, impugnações, esclarecimentos e demais petições relacionadas ao presente edital e à licitação em pauta deverão ser protocolizados na sede do CIOP, na Rua Coronel Albino, nº 550, Vila Maristela, no município de Presidente Prudente/SP.

15.9. Informações complementares que se fizerem necessárias poderão ser procuradas pelo interessado no CIOP, no endereço acima; pelo email: [licitacaocompra@ciop.sp.gov.br](mailto:licitacaocompra@ciop.sp.gov.br) ou pelo telefone (18) 3223-1116.

16.10. Integra o presente Edital:

Anexo I - Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

Anexo II - Termo de Referência - descrição do objeto do certame;

Anexo III - Termo de Referência – Separação de volumes por Municípios;

Anexo IV – Preço Estimado

Anexo V - Modelo de Proposta;

Anexo VI - Modelo de declaração de regularidade para com o Ministério do Trabalho;

Anexo VII - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

Anexo VIII - Modelo de Ata de Registro de Preços.

Presidente Prudente, 12 de julho de 2017

**AILTON CESAR HERLING**  
**Presidente do CIOP**



**ANEXO I**

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO)

**"DECLARAÇÃO"**

Ao

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP

At. - Pregoeiro Oficial

Ref. - Pregão Presencial nº 08/2017 - Processo nº 43/2017

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

..... de ..... de 2017.

.....

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Nº do documento de identidade

**ANEXO II****TERMO DE REFERÊNCIA****PREGÃO Nº 08/2017 - PROCESSO Nº 43/2017****JUSTIFICATIVA:**

Os produtos ora licitados se destinam ao atendimento das frotas municipais dos municípios consorciados, com o fim de obter preços mais vantajosos.

**OBJETO: Esta licitação tem por finalidade registrar preços visando a aquisição de:**

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL ESTIMADO
1	Pneus 205/70 R 15 106/104R radial com certificado do Inmetro	128
2	Pneus 175/70 R 13 82T radial com certificado do Inmetro	496
3	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R radial com certificado do Inmetro	132
4	Pneus 205/75 R16 113/111Q radial com certificado do Inmetro	106
5	Pneus 165/70 R13 79T radial com certificado do Inmetro	92
6	Pneus 225/70 R15C 112/110R radial com certificado do Inmetro	50
7	Pneus 175/70 R14 84T radial com certificado do Inmetro	124
8	Pneus 185/65 R14 86T radial com certificado do Inmetro	152
9	Pneus 750 R16 Mtf2 8 LONAS agrícola com certificado do Inmetro	38
10	Pneus 20,5 x 25 20 lonas EM03 E3/L3 sem câmara com certificado do Inmetro	48
11	Pneus 14.00/24 G2/L2 16 lonas sem câmara com certificado do Inmetro	98
12	Pneus 750 R16 10L CT160 comum com certificado do Inmetro	74
13	Pneus 1000R20 146/143 J radial com certificado do Inmetro	360
14	Protetor aro 20 com certificado do Inmetro	78
15	Pneus 900R20 140/137 J radial com certificado do Inmetro	186

16	Pneus 295/80 R22, 5 152/148M radial com certificado do Inmetro	<b>82</b>
17	Pneus 17,5 R25 - 12 lonas com certificado do Inmetro	<b>92</b>
18	Pneus 12,5 x 80 R18 – 12 lonas com certificado do Inmetro	<b>70</b>
19	Câmara 1000 x 20 com certificado do Inmetro	<b>244</b>
20	Câmara 900 x 20 com certificado do Inmetro	<b>116</b>
21	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R com certificado do Inmetro	<b>100</b>
22	Pneus 185/70 R14 88 t radial com certificado do Inmetro	<b>80</b>
23	Pneus 90/90/18 MT65 sem câmara com certificado do Inmetro	<b>16</b>
24	Pneus 90/90/18 57P com câmara com certificado do Inmetro	<b>16</b>
25	Pneus 1100 R22 150/146K radial com certificado do Inmetro	<b>96</b>
26	Pneus 900R20 140/137 J radial com certificado do Inmetro	<b>76</b>
27	Pneus 700R16 115/112 L radial com certificado do Inmetro	<b>110</b>
28	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R radial com certificado do Inmetro	<b>8</b>
29	Pneus 215/75 R17,5 126/124L radial com certificado do Inmetro	<b>272</b>
30	Pneus 295/80 R22,5 152/148M radial com certificado do Inmetro	<b>62</b>
31	Pneus 205/75 R16 113/111Q radial com certificado do Inmetro	<b>40</b>
32	Pneus 175/70 R 13 82T radial com certificado do Inmetro	<b>166</b>
33	Pneus 185/65 R14 86T radial com certificado do Inmetro	<b>68</b>
34	Câmara 700 x 16 com bico de ferro com certificado do Inmetro	<b>92</b>
35	Protetor 16 com certificado do Inmetro	<b>128</b>

36	Câmeras 1100 x 22 com certificado do Inmetro	<b>150</b>
37	Protetores 22 com certificado do Inmetro	<b>176</b>
38	Câmeras 1000 x 20 com certificado do Inmetro	<b>146</b>
39	Câmeras 900 x 20 com certificado do Inmetro	<b>120</b>
40	Protetores 20 com certificado do Inmetro	<b>170</b>
41	Pneu Radial Liso Com Largura 275, Perfil 80 E Raio 22.5, Índice De Carga Mínimo De 149/146 E Índice De Velocidade Mínimo L, Carcaça Reforçada, com certificado do Inmetro	<b>104</b>
42	Pneu Radial Borrachudo Com Largura 275, Perfil 80 E Raio 22.5, Índice De Carga Mínimo 149/146 E Índice De Velocidade Mínimo L, Com Certificado Do Inmetro	<b>80</b>
43	Pneu radial com largura 235, perfil 70 e raio 15, índice de carga mínimo 92, índice de velocidade mínimo h, com certificado do Inmetro	<b>24</b>
44	Pneu Agrícola Comum (com câmara) com largura 17.5, raio 25, com capacidade mínima de 12 lonas, com certificado do Inmetro.	<b>24</b>
45	Pneu Agrícola Comum, Com Largura 10.5, Perfil 65, Raio 16, Para Retroescavadeira, Com Capacidade Mínima De 10 Lonas, Com Certificado Do Inmetro	<b>2</b>
46	Pneu Borrachudo, Com Largura 1.000 X 20 Índice De Carga Mínimo 146/143 Índice De Velocidade Mínimo M, Com Certificado Do Inmetro	<b>110</b>
47	Câmaras 17.5 x 25 com certificado do Inmetro	<b>52</b>
48	Câmaras 10.5 x 65 x 16 com certificado do Inmetro	<b>10</b>

**ANEXO III**
**TERMO DE REFERÊNCIA – SEPARAÇÃO DE VOLUMES POR MUNICIPIOS**

As informações das planilhas abaixo servem unicamente para conhecimento das licitantes do volume de produto que a ser fornecido para cada destinação, não se constituindo em novo objeto a ser orçado.

ITEM	DESCRIÇÃO	Veículo	01 - FLORA RICA	02 - FLORIDA PAULISTA	03 - OURO VERDE	04 - REGENTE FEIJÓ	05 - SANTO EXPEDITO	06 - TACIBA	07 - TEODORO SAMPAIO	TOTAL
1	Pneus 205/70 R 15 106/104R radial com certificado do Inmetro	Vans	10	0	4	12	2	50	50	128
2	Pneus 175/70 R 13 82T radial com certificado do Inmetro	Automóveis	6	30	20	256	18	166	0	496
3	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R radial com certificado do Inmetro	Kombi	8	4	4	72	0	24	20	132
4	Pneus 205/75 R16 113/111Q radial com certificado do Inmetro	Vans	0	12	4	24	16	40	10	106
5	Pneus 165/70 R13 79T radial com certificado do Inmetro	Automóveis	0	0	16	0	0	76	0	92
6	Pneus 225/70 R15C 112/110R radial com certificado do Inmetro	S-10	6	0	4	16	0	24	0	50
7	Pneus 175/70 R14 84T radial com certificado do Inmetro		0	16	4	56	12	36	0	124

		Automóveis								
8	Pneus 185/65 R14 86T radial com certificado do Inmetro	Automóveis	0	4	8	0	6	64	70	<b>152</b>
9	Pneus 750 R16 Mtf2 8 LONAS agrícola com certificado do Inmetro	Trator Pequeno	0	2	4	16	4	12	0	<b>38</b>
10	Pneus 20,5 x 25 20 lonas EM03 E3/L3 sem câmara com certificado do Inmetro	Pá Carregadeira	0	0	4	16	4	24	0	<b>48</b>
11	Pneus 14.00/24 G2/L2 16 lonas sem câmara com certificado do Inmetro	Pá carregadeira e Patrol	0	4	10	24	4	56	0	<b>98</b>
12	Pneus 750 R16 10L CT160 comum com certificado do Inmetro	Caminhão 3/4	0	0	0	36	6	12	20	<b>74</b>
13	Pneus 1000R20 146/143 J radial com certificado do Inmetro	Caminhão	0	6	12	180	4	138	20	<b>360</b>
14	Protetor aro 20 com certificado do Inmetro	Caminhão	4	0	0	0	0	74	0	<b>78</b>
15	Pneus 900R20 140/137 J radial com certificado do Inmetro	Caminhão	6	8	30	48	0	64	30	<b>186</b>
16	Pneus 295/80 R22, 5 152/148M radial com certificado do Inmetro	Caminhão	10	0	4	32	0	36	0	<b>82</b>
17	Pneus 17,5 R25 - 12 lonas com certificado do Inmetro	Pá Carregadeira e Retro-escavadeira	0	0	4	16	8	64	0	<b>92</b>
18	Pneus 12,5 x 80 R18 - 12 lonas com certificado do Inmetro	Retro-escavadeira	0	0	6	16	2	36	10	<b>70</b>



19	Câmara 1000 x 20 com certificado do Inmetro	Caminhão	0	0	0	180	0	64	0	<b>244</b>
20	Câmara 900 x 20 com certificado do Inmetro	Caminhão	4	0	0	48	0	64	0	<b>116</b>
21	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R com certificado do Inmetro	Kombi	0	0	4	72	0	24	0	<b>100</b>
22	Pneus 185/70 R14 88 t radial com certificado do Inmetro	Automóveis	20	4	20	0	0	36	0	<b>80</b>
23	Pneus 90/90/18 MT65 sem câmara com certificado do Inmetro	Motocicletas	0	0	0	8	2	6	0	<b>16</b>
24	Pneus 90/90/18 57P com câmara com certificado do Inmetro	Motocicletas	0	0	0	8	2	6	0	<b>16</b>
25	Pneus 1100 R22 150/146K radial com certificado do Inmetro	Ônibus	0	0	12	0	4	64	16	<b>96</b>
26	Pneus 900R20 140/137 J radial com certificado do Inmetro	Ônibus	0	0	12	0	0	64	0	<b>76</b>
27	Pneus 700R16 115/112 L radial com certificado do Inmetro	Micro-Ônibus	0	0	6	0	0	84	20	<b>110</b>
28	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R radial com certificado do Inmetro	Kombi	0	0	0	0	0	8	0	<b>8</b>
29	Pneus 215/75 R17,5 126/124L radial com certificado do Inmetro	Micro-Ônibus	16	8	42	120	20	36	30	<b>272</b>
30	Pneus 295/80 R22,5 152/148M radial com certificado do Inmetro	Ônibus	10	0	4	0	0	48	0	<b>62</b>

31	Pneus 205/75 R16 113/111Q radial com certificado do Inmetro	Vans	0	0	4	0	0	36	0	<b>40</b>
32	Pneus 175/70 R 13 82T radial com certificado do Inmetro	Automóveis	0	16	16	0	0	64	70	<b>166</b>
33	Pneus 185/65 R14 86T radial com certificado do Inmetro	Automóveis	0	0	4	0	0	64	0	<b>68</b>
34	Câmara 700 x 16 com bico de ferro com certificado do Inmetro	Micro-Ônibus	4	0	0	0	4	64	20	<b>92</b>
35	Protetor 16 com certificado do Inmetro	Micro-Ônibus	0	0	0	0	4	84	40	<b>128</b>
36	Câmeras 1100 x 22 com certificado do Inmetro	Ônibus	0	0	24	0	6	100	20	<b>150</b>
37	Protetores 22 com certificado do Inmetro	Ônibus	0	0	0	0	6	150	20	<b>176</b>
38	Câmeras 1000 x 20 com certificado do Inmetro	Ônibus	0	0	0	0	6	100	40	<b>146</b>
39	Câmeras 900 x 20 com certificado do Inmetro	Ônibus	0	0	0	0	6	84	30	<b>120</b>
40	Protetores 20 com certificado do Inmetro	Ônibus	0	0	0	0	6	94	70	<b>170</b>
41	Pneu Radial Liso Com Largura 275, Perfil 80 E Raio 22.5, Índice De Carga Mínimo De 149/146 E Índice De Velocidade Mínimo L, Carcaça Reforçada, com certificado do Inmetro	Caminhão e ônibus	0	0	0	84	6	0	14	<b>104</b>
42	Pneu Radial Borrachudo Com Largura 275, Perfil 80 E Raio 22.5, Índice De Carga Mínimo 149/146 E Índice De Velocidade Mínimo L, Com Certificado Do Inmetro	Caminhão e ônibus	0	0	0	68	0	0	12	<b>80</b>

43	Pneu radial com largura 235, perfil 70 e raio 15, índice de carga mínimo 92, índice de velocidade mínimo h, com certificado do Inmetro	S-10	0	0	0	24	0	0	0	<b>24</b>
44	Pneu Agrícola Comum (com câmara) com largura 17.5, raio 25, com capacidade mínima de 12 lonas, com certificado do Inmetro.	Pá Carregadeira	0	0	0	16	8	0	0	<b>24</b>
45	Pneu Agrícola Comum, Com Largura 10.5, Perfil 65, Raio 16, Para Retroescavadeira, Com Capacidade Mínima De 10 Lonas, Com Certificado Do Inmetro	Retroescavadeira	0	0	0	0	2	0	0	<b>2</b>
46	Pneu Borrachudo, Com Largura 1.000 X 20 Índice De Carga Mínimo 146/143 Índice De Velocidade Mínimo M, Com Certificado Do Inmetro	Caminhão e Ônibus	0	0	0	108	2	0	0	<b>110</b>
47	Câmaras 17.5 x 25 com certificado do Inmetro	Pá Carregadeira	0	0	0	16	6	0	30	<b>52</b>
48	Câmaras 10.5 x 65 x 16 com certificado do Inmetro	Retroescavadeira	0	0	0	0	2	0	8	<b>10</b>

**ANEXO IV – PREÇO ESTIMADO**

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL ESTIMADO	Preço Referencial máximo	Preço total
1	Pneus 205/70 R 15 106/104R radial com certificado do Inmetro	128	R\$ 391,78	R\$ 50.147,84
2	Pneus 175/70 R 13 82T radial com certificado do Inmetro	496	R\$ 163,87	R\$ 81.279,52
3	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R radial com certificado do Inmetro	132	R\$ 338,45	44.675,40
4	Pneus 205/75 R16 113/111Q radial com certificado do Inmetro	106	R\$ 549,23	R\$ 58.218,38
5	Pneus 165/70 R13 79T radial com certificado do Inmetro	92	R\$ 180,90	R\$ 16.642,80
6	Pneus 225/70 R15C 112/110R radial com certificado do Inmetro	50	R\$ 419,18	R\$ 20.959,00
7	Pneus 175/70 R14 84T radial com certificado do Inmetro	124	R\$ 227,29	R\$ 28.183,96
8	Pneus 185/65 R14 86T radial com certificado do Inmetro	152	R\$ 232,26	R\$ 35.303,52
9	Pneus 750 R16 Mtf2 8 LONAS agrícola com certificado do Inmetro	38	R\$ 494,59	R\$ 18.794,42
10	Pneus 20,5 x 25 20 lonas EM03 E3/L3 sem câmara com certificado do Inmetro	48	R\$ 5.403,57	R\$ 259.371,36
11	Pneus 14.00/24 G2/L2 16 lonas sem câmara com certificado do Inmetro	98	R\$ 2.176,00	R\$ 213.248,00
12	Pneus 750 R16 10L CT160 comum com certificado do Inmetro	74	R\$ 570,03	R\$ 42.182,22
13	Pneus 1000R20 146/143 J radial com certificado do Inmetro	360	R\$ 1.109,93	R\$ 399.574,80
14	Protetor aro 20 com certificado do Inmetro	78	R\$ 25,47	R\$ 1.986,66
15	Pneus 900R20 140/137 J radial com certificado do Inmetro	186	R\$ 922,63	R\$ 171.609,18
16	Pneus 295/80 R22, 5 152/148M radial com certificado do Inmetro	82	R\$ 1.620,96	R\$ 132.918,72
17	Pneus 17,5 R25 - 12 lonas com certificado do Inmetro	92	R\$ 3.054,95	R\$ 281.055,40

18	Pneus 12,5 x 80 R18 – 12 lonas com certificado do Inmetro	70	R\$ 1.113,30	R\$ 77.931,00
19	Câmara 1000 x 20 com certificado do Inmetro	244	R\$ 110,00	R\$ 26.840,00
20	Câmara 900 x 20 com certificado do Inmetro	116	R\$ 86,04	R\$ 9.980,64
21	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R com certificado do Inmetro	100	R\$ 366,26	R\$ 36.626,00
22	Pneus 185/70 R14 88 t radial com certificado do Inmetro	80	R\$ 256,60	R\$ 20.528,00
23	Pneus 90/90/18 MT65 sem câmara com certificado do Inmetro	16	R\$ 217,99	R\$ 3.487,84
24	Pneus 90/90/18 57P com câmara com certificado do Inmetro	16	R\$ 92,60	R\$ 1.481,60
25	Pneus 1100 R22 150/146K radial com certificado do Inmetro	96	R\$ 1.606,21	R\$ 154.196,16
26	Pneus 900R20 140/137 J radial com certificado do Inmetro	76	R\$ 962,30	R\$ 73.134,80
27	Pneus 700R16 115/112 L radial com certificado do Inmetro	110	R\$ 435,00	R\$ 47.850,00
28	Pneus 185 R14 C 8 lonas 102/100R radial com certificado do Inmetro	8	R\$ 304,57	R\$ 2.436,56
29	Pneus 215/75 R17,5 126/124L radial com certificado do Inmetro	272	R\$ 833,92	R\$ 226.826,24
30	Pneus 295/80 R22,5 152/148M radial com certificado do Inmetro	62	R\$ 1.376,41	R\$ 85.337,42
31	Pneus 205/75 R16 113/111Q radial com certificado do Inmetro	40	R\$ 527,17	R\$ 21.086,80
32	Pneus 175/70 R 13 82T radial com certificado do Inmetro	166	R\$ 159,04	R\$ 26.400,64
33	Pneus 185/65 R14 86T radial com certificado do Inmetro	68	R\$ 224,06	R\$ 15.236,08
34	Câmara 700 x 16 com bico de ferro com certificado do Inmetro	92	R\$ 56,13	R\$ 5.163,96
35	Protetor 16 com certificado do Inmetro	128	R\$ 31,15	R\$ 3.987,20
36	Câmeras 1100 x 22 com certificado do Inmetro	150	R\$ 96,95	R\$ 14.542,50
37	Protetores 22 com certificado do Inmetro			

		<b>176</b>	<b>R\$ 31,60</b>	<b>R\$ 5.561,60</b>
38	Câmeras 1000 x 20 com certificado do Inmetro	<b>146</b>	<b>R\$ 111,60</b>	<b>R\$ 16.293,60</b>
39	Câmeras 900 x 20 com certificado do Inmetro	<b>120</b>	<b>R\$ 84,60</b>	<b>R\$ 10.152,00</b>
40	Protetores 20 com certificado do Inmetro	<b>170</b>	<b>R\$ 25,47</b>	<b>R\$ 10.152,00</b>
41	Pneu Radial Liso Com Largura 275, Perfil 80 E Raio 22.5, Índice De Carga Mínimo De 149/146 E Índice De Velocidade Mínimo L, Carcaça Reforçada, com certificado do Inmetro	<b>104</b>	<b>R\$ 1.612,02</b>	<b>R\$ 167.650,02</b>
42	Pneu Radial Borrachudo Com Largura 275, Perfil 80 E Raio 22.5, Índice De Carga Mínimo 149/146 E Índice De Velocidade Mínimo L, Com Certificado Do Inmetro	<b>80</b>	<b>R\$ 1.932,26</b>	<b>R\$ 154.580,80</b>
43	Pneu radial com largura 235, perfil 70 e raio 15, índice de carga mínimo 92, índice de velocidade mínimo h, com certificado do Inmetro	<b>24</b>	<b>R\$ 804,00</b>	<b>R\$ 19.296,00</b>
44	Pneu Agrícola Comum (com câmara) com largura 17.5, raio 25, com capacidade mínima de 12 lonas, com certificado do Inmetro.	<b>24</b>	<b>R\$ 3.417,18</b>	<b>R\$ 82.012,32</b>
45	Pneu Agrícola Comum, Com Largura 10.5, Perfil 65, Raio 16, Para Retroescavadeira, Com Capacidade Mínima De 10 Lonas, Com Certificado Do Inmetro	<b>2</b>	<b>R\$ 638,12</b>	<b>R\$ 1.276,24</b>
46	Pneu Borrachudo, Com Largura 1.000 X 20 Índice De Carga Mínimo 146/143 Índice De Velocidade Mínimo M, Com Certificado Do Inmetro	<b>110</b>	<b>R\$ 1.723,81</b>	<b>R\$ 189.619,10</b>
47	Câmaras 17.5 x 25 com certificado do Inmetro	<b>52</b>	<b>R\$ 261,83</b>	<b>R\$ 13.615,16</b>
48	Câmaras 10.5 x 65 x 16 com certificado do Inmetro	<b>10</b>	<b>R\$ 101,88</b>	<b>R\$ 1.018,80</b>
			<b>Total</b>	<b>R\$ 3.380.452,26</b>



**ANEXO V**  
**MODELO DE PROPOSTA**

**1 - IDENTIFICAÇÃO**

Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

Pregão nº 08/2017

Processo nº 043/2017

**2 - OBJETO**

NOSSA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, PROTETORES E CAMARAS, CONFORME DESCRIÇÕES:

ITEM	Descrição	Quantidade total estimada	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR Total (R\$)

Validade da Proposta: ..... (...) dias (mínimo de 60 dias)

Declaramos que:

a) - o produto ofertado e que será entregue, atende integralmente às especificações exigidas no Anexo II - Termo de Referência;

b) - o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro;

....., ..... de ..... de 2017.

.....

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Nº do documento de identidade

**ANEXO VI**

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO)

**"DECLARAÇÃO"**

Ao

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP

At. - Pregoeiro Oficial

Ref. - Pregão Presencial nº 08/2017 - Processo nº 43/2017

(Razão Social da Empresa), estabelecida na .... (endereço completo) ...., inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

..... de ..... de 2017.

.....

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Nº do documento de identidade

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa ..... (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº ..... é microempresa **ou** empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal nos termos previstos nos artigos 42 a 48 da referida lei complementar, no procedimento licitatório do Pregão nº 44/2017 realizado pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP.

....., ..... de .....de 2017.

.....

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador

Nº do documento de identidade

**ANEXO VIII****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ...../2017****Ref. - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017 - CIOP****PROCESSO Nº 43/2017-CIOP**

**O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob nº 18.960.233/0001-00, com sede na Rua Coronel Albino, nº 550, do Município de Presidente Prudente/SP, doravante designada **CIOP**, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Airton César Herling, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 23023835 - SSP/SP e CPF nº 126.899.858-37, residente e domiciliado na Rua Alameda Hagemu Shibata, nº 1531, em Teodoro Sampaio/SP, resolve firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e as demais normas legais aplicáveis, conforme documento de credenciamento ou procuração insertos nos autos, e as demais normas legais aplicáveis, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante as condições e cláusulas a seguir estabelecidas. **A formalização da presente Ata decorre da licitação em referência, realizada pelo Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP, nos termos do que permite o § 2º do art. 112 da Lei 8.666/93. Vinculam-se à presente Ata, independentemente de suas transcrições totais ou parciais, o ato convocatório com seus anexos e a proposta vencedora da detentora da ata. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.**

**DETENTORA:** ....., possuidora do CNPJ nº ....., estabelecida na Rua/Avenida ....., nº ....., no município de ....., Estado de ..... Representante Legal: ....., RG nº ..... e CPF nº .....

**I - OBJETO**

1.1. Consiste no registro de preços de **Pneus, Câmaras e Protetores de Aro para utilização na frota de veículos dos municípios de Flora Rica, Florida Paulista, Ouro Verde, Regente Feijó, Santo Expedito, Taciba e Teodoro Sampaio**, conforme dados da planilha a seguir:

ITEM	Descrição	Marca	Preço unitário	Quantidade total	Valor total

01-Flora Rica	02-Flórida Paulista	03-Ouro Verde	04-Regente Feijó	05-Santo Expedito	06-Taciba
07-Teodoro Sampaio					

## II - FORMA, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

2.1. A entrega dos produtos registrados será efetuada de maneira parcelada, obedecido o cronograma de consumo mensal estimado, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal participante, após a prévia autorização requisitória acompanhada da nota de empenho respectiva ou instrumento equivalente.

2.2. A confirmação do pedido será repassada à Detentora pelos meios existentes de comunicação de forma a abreviar o feito (fax e e-mail).

2.3. Local de entrega dos produtos contratados: - ....., localizada na Rua ....., nº ... - ....., no município de .... /SP, correndo por conta da Detentora todas as despesas pertinentes, tais como transporte, embalagens, descarga, seguro, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.3.1. As entregas deverão ocorrer no prazo de **até 12 (doze) dias corridos** contados da transmissão do pedido para a Detentora.

2.3.2. Eventuais pedidos de prorrogação de prazo de entrega serão analisados e decididos pela Administração Municipal.

2.4. Constatada irregularidade na entrega de produto, a Detentora se obriga em trocá-lo imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Registro de Preços, nos termos legais.

2.5. A unidade recebedora da mercadoria rejeitará no todo ou em parte, o produto que estiver em desacordo com o Edital. Se o produto não corresponder às exigências mencionadas, será recusado/devolvido, ficando a Detentora obrigada a substituí-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

## III - VIGÊNCIA DA ATA E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

3.1. O prazo de vigência deste Registro de Preços é de 12 (doze) meses . Os 12 (doze) meses aqui referidos são contados a partir da data da homologação do certame em referência.

3.2. Durante a vigência da Ata o preço registrado será fixo e irrevogável, salvo exceções legais.

3.3. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços a Prefeitura não será obrigado a firmar as contratações que dela poderá advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**IV - PAGAMENTO**

4.1. O pagamento relativo à cada parcela será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento do recebimento definitivo do produto.

4.2. O documento fiscal que apresentar incorreções será devolvido à Detentora e seu vencimento ocorrerá no mesmo prazo contido do item acima, contado da data de apresentação correta do documento fiscal.

4.3. O pagamento será efetuado:

a) - mediante crédito aberto em conta corrente em nome da detentora da ata, quando correntista do Banco do Brasil, que deverá indicar o número de sua conta corrente e agência correspondente;

b) - através de boleto bancário, devendo nesse caso a nota estar acompanhada do boleto bancário, não sendo admitida cobrança pela emissão do boleto.

**V - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

5.1. Contratar com a Prefeitura, nas condições previstas no Edital do Pregão referenciado, e o preço registrado nesta Ata, os produtos objeto deste ajuste.

5.2. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em Lei Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.

5.3. Manter, durante toda vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela licitação.

5.4. Não subcontratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente Registro de Preços, salvo motivo justificado e autorização expressa da Prefeitura.

5.5. Entregar o produto, com as especificações e qualidade compatíveis com a proposta, no prazo máximo de 12 (doze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido da parcela, acompanhado da Nota de Empenho prévio, sendo que eventuais pedidos de prorrogação deverão ser justificados e apresentados dentro do prazo de vencimento, para serem submetidos à apreciação superior.

**VI - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Fiscalizar o recebimento do produto.

6.2. Comunicar a Detentora, imediatamente, por escrito preferencialmente, quando constatada qualquer irregularidade inerente ao objeto, prestando a essa todos os esclarecimentos necessários e oportunos pertinentes ao constatado.

6.3. Manter no prazo, todos os compromissos financeiros assumidos com a Detentora.

**VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrente desta Ata de registro de Preços correrão por conta da dotação orçamentária – categoria Econômica: 3.3.90.30.00.00.00 - Fonte: 1 (recurso próprio - Fonte 2 (estadual) – Fonte 5 (federal).

**VIII – SANÇÕES**



8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios quando por esta solicitado.

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

**IX - DIPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão Presencial nº 08/2017 com seus Anexos e a proposta da Detentora.

9.2. Fica eleito o Foro de Presidente Prudente/SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02.

9.4. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Presidente Prudente, xxxxxxxxxx

**AIRTON CÉSAR HERLING**

Presidente do CIOP

Xxxxxxxx  
Representante

Testemunhas:

.....  
XXXXXXXXXXXX

RG xxxxxxxxxx SSP/SP

.....  
XXXXXXXXXXXX

RG xxxxxxxxxx SSP/SP